



APDSI alerta para o risco de perda de informação no seu processo de recolha digital

24 de setembro de 2013

Lisboa

Esta foi uma das conclusões da conferência de hoje, “A Informação do Setor Público - Expetativas e Realidades”, coordenada pelo Eng.º Júlio Rafael António

Lisboa, 24 de setembro 2013 - A APDSI organizou hoje uma nova conferência sobre “A Informação do Setor Público - Expetativas e Realidades”, na qual o seu coordenador, Júlio Rafael António, alertou para o risco de se perder irremediavelmente informação no seu processo de recolha digital.

A propósito da recente revisão da diretiva europeia que reforça o direito de acesso a documentos da administração pública, a PSI - Public Sector Information, o engenheiro, responsável pela informatização da Biblioteca Nacional, alerta para **um risco que está inerente à recolha digital de informação: a sua perda**. «A destruição da informação em papel pode ser apenas a ponta do icebergue. Corremos sérios riscos de perdermos toda a informação se não resolvermos o problema da interoperabilidade e o da preservação digital. Em Portugal não estamos a fazer nada, daqui a 20 anos podemos nem ter acesso a nenhuma desta informação. Vamos começar a ter vários repositórios espalhados na cloud e temos urgentemente que pugnar para que todos os serviços de informação sigam normas de interoperabilidade. Os próprios smartphones são o paradigma mais ridículo da inexistência da interoperabilidade porque, por exemplo, quando ficam sem bateria temos que andar à procura de um colega que tenha um igual para nos emprestar o carregador. Isto não pode continuar a acontecer. A nossa sociedade só consegue dar o salto se avançarmos para a indústria do conhecimento».

O coordenador da conferência lembra que a transposição da diretiva PSI «será efetivamente aplicada em Portugal se a sociedade civil assim o entender» e, por isso, lançou o desafio a todos os sócios da APDSI a «juntarem-se na dinamização da diretiva e na sua respetiva aplicação em 2014. Se todos colaborarmos vamos ter hipótese de transformar Portugal».

Por documentos administrativos entende-se um conjunto de informações que o setor público produz, processa e recolhe. Usando a pirâmide de dados sequenciais, na qual mais informação leva a mais conhecimento, quanto mais abertos estivermos a essa informação que deverá ser disponibilizada, mais conhecimento vamos ter e as empresas tirarão mais valor dessa partilha de informação. «O potencial da reutilização da informação é muito grande», antecipa Rafael António.

A primeira edição desta conferência, com o subtítulo “Acesso, reutilização e comercialização”, realizou-se há nove anos, na véspera de terminar o prazo de transposição para a legislação portuguesa da Diretiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. O direito de acesso aos documentos administrativos decorre do princípio da Transparência ou do Arquivo Aberto, consagrado no art.º 268.º da Constituição. O diploma que regula o acesso aos documentos da Administração é a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho. É assim que se chega à directiva 2003/98/CE relativa à reutilização de informações do setor público que começa agora a ganhar forma em território nacional através da iniciativa dados.gov, que leva ao cumprimento em Portugal da transposição da diretiva conhecida internacionalmente como PSI.

Cláudia Barroso, da AMA - Agência para a Modernização Administrativa, entende que administração aberta é um direito da cidadania eficiente, eficaz e de onde se podem tirar frutos. Para justificar a mais-valia de dar acesso a documentos administrativos comparou o dados.gov a outros bons exemplos de casos americanos e britânicos que assentam em projetos da sociedade civil que juntam informações de utilidade pública e trazem valor acrescentado à sociedade: «A informação tem de ser interessante à sociedade civil, empresas, administração pública e para que também a comunidade académica a possa utilizar». Na fase de lançamento do dados.gov são já 13 os organismos envolvidos. **«Temos dois anos para transpor esta diretiva e ir mais além», concluiu Cláudia Barroso.**

A administração pública vista enquanto plataforma foi o tema que mereceu a atenção de Nuno Guerra Santos, da Accenture. «O Estado não pode disponibilizar toda a sua infraestrutura a terceiros. Há limites inerentes à condição da administração pública apesar do constante desafio a que essa regulação está sujeita. Há, inclusivamente, soluções que vão aparecendo por iniciativa das próprias comunidades», demonstrou Nuno Guerra Santos que também exemplificou estas declarações com casos internacionais e nacionais.

João Paulo Carvalho, administrador da Quidgest, debruçou-se sobre a cadeia de valor da informação do setor público e questionou a criação em larga escala de novos empregos que a disponibilização da informação pode gerar. «Ao ser aberta livremente a informação deixa de ser uma vantagem competitiva e perde “valor económico” embora possa melhorar muito a nossa vida», alerta. Parecendo claro o contributo que a disponibilização da informação da administração pública pode trazer à sociedade civil, o responsável da Quidgest fala, por outro lado, do valor que a informação dada pelas

empresas acrescenta ao setor público: «O excesso de burocracia que pesa sobre as empresas não será uma espécie de “imposto escondido”?». João Paulo Carvalho destaca, ainda, a importância da disponibilização da informação em tempo real.

Maria João Valente, diretora do projeto PORDATA - Projeto de Informação Estatística ao serviço do conhecimento, identificou pelo menos dois **problemas** que a circulação de informação enfrenta até ser transformada em conhecimento. São eles a **segmentação da informação estatística bem como a acessibilidade e confiança nos dados disponíveis**. Facilidade, rapidez e confiança no acesso a dados estatísticos são as “bandeiras” nas quais o PORDATA apostou para esta sua apresentação. São mais de 60 as entidades oficiais que colaboram com o projeto PORDATA que faz, segundo a professora, «um complemento e análise crítica à informação disponibilizada». Ficou, ainda, esclarecido que **na génese do PORDATA não está a recolha de informação mas sim a sua difusão**.

José Dias Coelho, presidente da Direção da APDSI, sublinhou a importância da conferência por abordar questões como a criação de valor e de riqueza.



Segundo painel de oradores da manhã

Daniela Azevedo
Comunicação

APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação
Rua Alexandre Cabral, Nº 2C - Loja A
1600-803 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 217 510 762
E-mail: noticias@apdsi.pt
Sítio na web: <http://www.apdsi.pt>
Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.